



POSSIBILIDADES E LIMITES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS, ILHA DO MARAJÓ – PARÁ

Sávio Barriga Dias¹
Universidade Federal do Pará

Resumo: O presente trabalho busca realizar uma avaliação preliminar sobre a geografia do turismo de base comunitária no município de Ponta de Pedras - Pará. Nos primeiros seis meses de pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico e discussões sobre o município de Ponta de Pedras e do arquipélago; um referencial teórico no que diz respeito ao turismo de base comunitária na sua estrutura, como transformador do espaço e das relações. O objetivo do trabalho é saber quais são os limites e possibilidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária em Ponta de Pedras, no arquipélago de Marajó-Pará. E se essas possibilidades podem proporcionar um desenvolvimento sócio-espacial para as comunidades de Santana e Tartarugueiro. Foram realizadas discussões sobre o turismo de base comunitária; o trabalho de campo em loco, com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos (secretária, as comunidades e donos de hotéis e pousadas), para então estruturar o relatório final com as devidas conclusões.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender como foi realizada a experiência de turismo de base comunitária em (Santana e Tartarugueiro) no município de Ponta de Pedras, em Marajó - Pará.

E a pergunta que move o trabalho quer saber quais são os limites para esse tipo de turismo e quais as possibilidades de desenvolvimento, ou benefícios que este tipo de atividade pode trazer aos personagens envolvidos. Nos períodos iniciais correspondentes ao projeto de iniciação científica do qual faço parte e dentro de um grupo maior que se debruça sobre tal temática, foram discutidos textos diversos sobre turismo de base comunitária, bem

¹ Bolsista PIBIC/FAPESPA (2009-2010), pelo projeto “Planejamento Territorial, Turismo e Desenvolvimento Sócio-espacial: o caso do arquipélago do Marajó na Amazônia brasileira”. coordenado pela professora Dr^a Maria Goretti da Costa Tavares, da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. <saviobdias@yahoo.com.br>

como discussões dentro do prisma geográfico que deseja saber como essas praticas tem rebatimento no espaço. Foram discutidos textos de autores como Rita Cruz (2006), Sansolo (2009), Souza (1996; 1997; 1998; 2000). Dentro do que julgamos pertinentes para melhor entendimento teórico do trabalho.

Segundo Rita Cruz (2007) o turismo é uma prática social e atividade econômica, ou prática geradora de atividade econômica e que concorre, no cotidiano, na reprodução da vida nos lugares, com outras práticas sociais e outras atividades econômicas, podendo, portanto, ser um vetor de desenvolvimento para o município.

O turismo de base comunitária deve apresentar mecanismos que viabilizem o desenvolvimento sócio-espacial, que não venha a se restringir somente, ao viés econômico como vem sendo realizadas outras atividades turísticas. A prática dessa modalidade turística pressupõe o encontro com o diferente, numa relação de troca de experiências, onde todos ganham, e o sentido de ganhar não possui vínculos diretos com o viés econômico, e sim no sentido cultural, simbólico, emocional do termo.

Para Sansolo (2009) o Turismo de Base comunitária traz os espaços de encontro: os encontros ou convivências são o que entendemos por espaços onde os comunitários compartilham em seu cotidiano o lazer, a religiosidade, o ócio, a política e o esporte, dentre outras atividades. São os espaços livres que se estabelecem as relações interpessoais.

Ponta de Pedras é uma cidade em vias de desenvolvimento, apresenta espaços em potencial para as atividades turísticas. Então, como as localidades de Santana e Tartarugueiro, que fazem parte do município precisam ser inseridas em políticas, planos e ações que viabilizem não só o transporte, no qual apresenta maior carência, bem como outros equipamentos que fazem parte da estrutura urbana como qualidade da água, sistema de esgoto, hospital, só para não falar de todos. É por isso que para Souza (1996; 1997; 1998; 2000) o desenvolvimento sócio-espacial significa melhorias na qualidade de vida e um aumento da justiça social. O planejamento a gestão urbana devem ser considerados como meios para se chegar a um desenvolvimento urbano da cidade. Esta forma de turismo pode trazer melhorias no campo social, político, cultural, econômico, que atenda as necessidades básicas e não básicas da sociedade como um todo, uma vez que o desenvolvimento não pode atender parcela da sociedade em detrimento do outro.

O presente trabalho faz uma análise do turismo como produtor do espaço, bem com sua vertente o turismo de base comunitária. Sendo mais uma alternativa de trabalho e uma forma de um ganho alternativo para a comunidade, não sendo a salvação da mesma, e sim

deve contribuir junto às ações políticas e privadas para um melhoramento das condições de vida do povo Ponta Pedrense.

Ponta de Pedras pertence a mesoregião do Marajó e a microregião do Arari, com uma área de 3.365 km², o município apresenta vários problemas estruturais em comum a vários outros municípios do pólo Marajó, como: pouco investimento em saneamento básico, déficit educacional, falta de energia e água tratada para a grande maioria da população, entre outros.

A base da estrutura econômica na área do Plano é a atividade primária, as atividades econômicas dos setores secundário e terciário têm reduzida expressão na região. A indústria praticamente inexistente e o comércio e os serviços são complementares e auxiliares à atividade primária. As políticas de desenvolvimento do arquipélago deverão abranger essas questões.

A atividade turística, enquanto uma atividade sócio-econômica e espacial tem a possibilidade de criar e recriar espaços de acordo com interesses de agentes envolvidos nesse processo. Juntamente com esse movimento, o Estado, entendido enquanto um agente fomentador do turismo cria mecanismos de controle e gerenciamento da atividade a fim de potencializá-la com o intuito de promover sua expansão econômica pelos espaços. Nesse sentido, um dos resultados dessa intervenção espacial se constitui na formulação de políticas públicas divididas em setores que objetivam a reestruturação espacial. Essas políticas refletem o jogo de interesses entre o Estado, agentes de mercado e agentes sociais de uma forma geral.

Indicadores apontam para as condições de pobreza e exclusão social das comunidades locais frente às ofertas de oportunidades de participação no planejamento territorial voltado para o turismo e de inserção em práticas locais das ações turísticas para além de mão-de-obra barata por ser tida como desqualificada.

De fato, são inúmeras as comunidades amazônicas, que apesar de habitarem territórios que são apropriados para as práticas turísticas, continuam à margem dos processos e práticas deste setor, e quando absorvidos, sem qualificação, ou, ainda, mesmo qualificados no contexto de suas culturas e saberes locais, não sabem o que fazer diante dos valores externos voltados para o mercado.

O turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações, possui elementos comuns a tais iniciativas e busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (MMTUR, 2008, p. 1)

Segundo a ONG WWF-International (2001), o turismo de base comunitária é definido como uma modalidade de ecoturismo onde a comunidade local tem controle substancial e envolvimento no seu desenvolvimento e gestão e a maior parte dos benefícios, provenientes da atividade, permanecem na comunidade. Nesse sentido, trata-se de uma atividade turística desenvolvida e operada pela população local, que busca a sustentabilidade econômica através dos recursos provenientes do turismo em benefícios para a comunidade. Segundo Bursztyn, (2005, p. 67), a melhor distribuição da renda e o

fortalecimento das comunidades envolvidas podem ser conseqüências desse processo que pode se dar com a formação de cooperativas, associações, joint ventures, empreendimentos comunitários, redes, além do estabelecimento dos micro, pequenos e médios empresários locais que, com seus empreendimentos, geram postos de trabalho.

A concepção de desenvolvimento sustentável implica um novo paradigma do pensar as sociedades humanas segundo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação dos recursos naturais (IRVING, 2002: p. 35).

Nesse contexto, tomando o Arquipélago do Marajó por ter sua importância no desenvolvimento do turismo no estado do Pará, mais precisamente o Município de Ponta de Pedras como espaço de estudo, onde se percebe uma natureza pouco modificada e uma sociedade caracterizada como tradicional tem-se a presença, nos últimos anos, de ações de políticas públicas voltada para o turismo, principalmente na modalidade do turismo rural e ecoturismo dada a paisagem bucólica do local. Com isso questiona-se:

- a) Quais as bases teórico-conceituais do turismo de base comunitária?
- b) Quais as possibilidades e limites do Turismo de base comunitária na Ilha de Marajó?
- c) Em que medida o turismo com base comunitária pode possibilitar o desenvolvimento territorial e sócio-espacial, tomando como exemplo o município de Ponta de Pedras na Ilha do Marajó?
- d) Quais as comunidades no município de Ponta de Pedras com possibilidades de implantar projetos de turismo de base comunitária?

2. TURISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A produção do espaço é sobre tudo uma produção social e historicamente construída, dotada de intencionalidade por atores que disputam, controlam e regulamentam o

espaço. Ou que simplesmente fazem dele o lócus de sua manifestação cultural imprimindo uma forma de territorializa-lo. É sobre esse prisma que a discussão sobre o turismo de base comunitária emerge, posto que esta atividade também é responsável por uma transformação do espaço, um debate sobre esse tema pode mitigar questões que tragam uma estruturação e que vise um desenvolvimento tanto no espaço quanto na sociedade.

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT 2008) o conceito de turismo, consiste num conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural, produzidos numa localidade, decorrentes da presença temporária de pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos.

O fenômeno turístico é uma forma de produzir, consumir e diferenciar o espaço, uma vez que este é dotado de intencionalidade. Para Santos (1996, p. 106, apud Cruz, 2009), não há produção do espaço que se possa compreender apartada de um entendimento de que o mundo é regido por uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e que esta não é apenas uma divisão social do trabalho, mas também e, fundamentalmente territorial do trabalho. Ou seja, o fenômeno turístico é resultado de uma produção do espaço marcada por uma divisão do trabalho, onde o espaço obedece à lógica do capital marcada pelo consumo, exploração e apropriação. Em Cruz (2009), os atores hegemônicos que produzem o espacialmente, ainda são o Estado e o mercado; O que o mercado não leva em consideração, é que o mesmo é materialização da vida. A coisificação do homem e a humanização das coisas fazem com que a sociedade seja cada vez mais descartável, servindo de massa de manobra para o mercado, que só visa o lucro e a reprodução capitalista.

Para (Lefebvre Apud Rita Cruz 2009), a produção do espaço significa a própria (re) produção da vida. Viver é, em síntese, produzir espaço. Estado, mercado não são os únicos que promovem os espaços turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares. No momento em que o espaço é tomado como campo de relações, lutas, cultura e poder, é que emerge a discussão do território e territorialidade no turismo.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Existem diversos atores envolvidos no processo de produção do espaço. Eles manifestam suas ações dinamizando relações, impondo regras, que perpassa pela própria natureza do estado, de favorecer a empresas, grupos ou corporações que trazem um suposto

desenvolvimento que fica apenas no plano do discurso, e trazendo desigualdades e exclusão a sociedade.

Na análise de RAFFESTIN (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Porém, por ser exercido por pessoas ou grupos dentro do espaço, ele é tratado de forma relacional. Não há uma forma de poder, e sim múltiplos agentes que dentro do espaço manifestam de forma relacional e interdependente o poder. Que se configuram como redes, tessituras, que se complementam e se excluem, e que:

[...] agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação [...] (RAFFESTIN, 1993, p.156).

Para a compreensão das dinâmicas do território, é necessário entender a importância da territorialidade. Uma vez que se constitui pelas ações intencionais que se configuram não só pelos atores hegemônicos, ou o estado, e sim pela sociedade como um todo, ou seja, as relações do espaço vivido.

[...] um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas [...] todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Segundo Santos e Silveira (2004, p.19), a territorialidade pode ser compreendida como sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence”. Entende-se que isso permite formar uma consciência coletiva, pois os atores possuem algo em comum, o seu território, servindo como fator de conexão entre os mesmos. Isso por sua vez pode facilitar a busca coletiva por mecanismos de desenvolvimento territorial.

Enfim, ao se enfatizar as ações dos atores sobre seu espaço, a identidade destes para com o espaço vivido, apropriado, o sentimento de pertencer, a busca por um maior protagonismo nas ações em seu território, as quais objetivam o atendimento das demandas e necessidades dos atores locais / regionais, está tratando-se de processos de desenvolvimento territorial local/regional. Tais processos incluem ações, mecanismos, estratégias e políticas, desencadeadas por atores locais / regionais, que formam uma territorialidade, criam uma nova escala de poder e gestão através de novos usos políticos e econômicos do território. Tem-se presente também, que há uma interação destes atores com diferentes escalas geográficas de

poder e gestão. Isso porque um território não é auto-suficiente, pois está sempre em interação com demais territórios, regiões, lugares e atores.

No turismo comunitário as comunidades não podem ficar subordinadas mercado, as culturas de momento, bem como ficarem desvinculadas das relações com o mundo. Ele é, pode promover alterações positivas no espaço, desde que as comunidades sejam protagonistas do processo. E esse desenvolvimento não deve ser visto meramente pelo prisma econômico, ele deve ser pautado na melhoria da qualidade de vida das pessoas, dentro do que rege a constituição, posto que, todo o cidadão tem direito a dignidade.

O desenvolvimento não é algo externo, como um pensamento utópico, ele pode e deve se tornar realidade se a sociedade, junto ao Estado, nas suas mais diversas esferas, trabalharem juntos para a construção de uma sociedade mais justa.

Uma cidade justa pressupõe uma sociedade justa, a qual, por sua vez, só será se seu *nomos* e suas instituições garantissem o acesso igualitário à tomada de decisões, ou seja, garantissem a autonomia dos indivíduos (pensados não apenas individualisticamente, mas também como membros de grupos) e da sociedade. Essa é a base a qual poderá, mais adequada e legitimamente, ser pensado e decidido o conteúdo substantivo de palavras como “justiça” e “bem comum”, assim como “desenvolvimento” (SOUZA, 1998, p. 24)

A própria comunidade é responsável pelo seu crescimento. O turismo comunitário como sendo uma das alternativas de turismo é sem duvida um motor que pode alavancar um o desenvolvimento do espaço tornando-o potencialmente ativo sem que os envolvidos deixem de fazer suas atividades quotidianas.

Para Souza (2008) o desenvolvimento sócio-espacial diz respeito não só a uma mudança positiva da sociedade, ela deve vir a reboque de uma mudança na qualidade de vida das pessoas, ou seja, da satisfação das necessidades tanto básicas quanto não básicas, materiais e imateriais das pessoas, termos ligados a satisfação, realização. E para que isso ocorra, ele trás ao debate a construção de uma espacialidade, ou seja, o espaço é condição e meio de realização da sociedade, portanto a mudança neste espaço seria uma das peças chave neste pensamento.

Segundo Souza (2008), autonomia, justiça social e qualidade de vida são os pilares para se alcançar o desenvolvimento sócio-espacial. Na qual a autonomia é o termo subordinador que exige a consideração do plano interno (a igualdade de chances de participação na tomada decisões relevantes para vida social), mas igualmente que se leve em conta o plano externo (os interesses legítimos e a autonomia do outro, não importando o quanto ele seja diferente de nós mesmos), conforme o princípio da não intervenção. Uma

comunidade que tem autonomia para administrar seu território é responsável por conquistas de grande valia, que atenda a seus anseios e desejos, trazendo condições para se ter o desenvolvimento.

A justiça social está relacionada a esfera pública, esfera do debate, deliberação, da administração dos negócios da coletividade. Em quanto que a qualidade de vida remete a esfera privada, visto que a percepção do que seja qualidade de vida pode variar de indivíduo para indivíduo. Justiça social e qualidade de vida não podem estar apartadas de uma deliberação de cunho autonomista, ou seja, que não possua um debate social, o que interessa é exatamente o direito de poder deliberar sobre seus próprios anseios.

O mínimo de instrução possível seria necessário para que se que conduzisse as relações de poder entre os envolvidos no processo e não havendo perdas não se sentiram lesado em relação a outros.

O conteúdo do desenvolvimento deve ser entendido como atrelado a cada universo cultural e social particular, devendo-se evitar a visão instrumental-economicista conservadora, etnocêntrica e historicista da sociedade da ideologia do desenvolvimento hegemônica poderia ser a seguinte: um movimento cuja esteira uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para seus membros (SOUZA, 1997, p. 19)

Um desenvolvimento sócio-espacial justo busca ouvir todas as partes, estabelecer parâmetros, regras e diretrizes, que visem atender o direito da coletividade. A esfera privada busca na maioria das vezes impor condições/regras aos sujeitos sociais como se todos não possuíssem desejos e sonhos, limitando seu direito de escolha.

Os atores hegemônicos fazem com que a sociedade torne-se espectadora do seu próprio mundo, onde os sonhos são fetichizados, os desejos tornados comércio e pessoas que enfrentam desigualdades sociais nesse processo. Todos merecem devem ter dignidade é por isso que uma ótica pluralista de interpretação da realidade se faz necessária.

3. AS BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O que caracteriza o turismo de base comunitária é a forma de se organizar autonomamente e estabelecer regras que venham a trazer benefícios tanto no espaço quanto na

sociedade. A empresa comunitária promove a valorização de seu patrimônio material e imaterial, com vistas a trazer a seus comunitários formas de participação, ocupação, renda e lazer a fim de que todos ganhem com o processo, como mostra Maldonado (2009).

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 25).

A busca por esse turismo alternativo não seria objeto de discussão se não houve-se algo atrativo ao turista. E não seria alternativo se não mostrasse qual o diferencial. No cerne do discurso o turismo comunitário apresenta no seu bojo a forma de conhecer o diferente, a busca pela alteridade, o conhecer o outro, porém, tudo isso seria nada se não falássemos das relações micro-escalares que existem no território, ou melhor, dizendo em frações do espaço que são peculiares a certos grupos ou pessoas.

A teoria da dádiva consiste no ato de produzir um sentimento de amizade, afetividade, amabilidade entre as pessoas envolvidas, que não esta presente o ato obrigatório de dar, e sim a espontaneidade do querer do dar na intenção de conquistar um sentimento de outra pessoa (PIMENTEL, 2009). A dádiva trás consigo o sentimento afetivo entre as pessoas, que se estabelece nas relações quotidianas, onde as o ato de retribuição é mais do que dar e querer receber, é um sentimento de satisfação para com o outro que recebe. Essa forma de dar e receber se faz em um grau de aceitação entre as partes que se conhecem, é por isso que se trabalha também com o conceito de hospitalidade. Onde o visitante não, somente, assiste no lugar de moradia do visitado e sim participa do convívio, do dia a dias das pessoas, criando então um laço afetivo, e fazendo com que o visitante se sinta acolhido.

A hospitalidade manifesta-se nas relações que envolvem as ações de convidar, receber e retribuir visitas ou presentes entre os indivíduos que constituem uma sociedade, bem como formas de visitar, receber e conviver com indivíduos que pertencem a outras sociedades e culturas; desse modo, pode ser considerada com a dinâmica do Dom. (DECKER, 2004, p. 189, apud PIMENTEL, 2009),

Para Camargo (apud PIMENTEL, 2009), “Toda hospitalidade começa com uma dádiva. (...) A dádiva desencadeia o processo de hospitalidade (...) numa perspectiva de reforço do vínculo social”, ou seja, dádiva e hospitalidade se complementam e pode se

manifestar de forma diferente de acordo com os diferentes território, e culturas. Isso não significa que não possa acontecer num contexto de caráter comercial, apesar de tudo, as relações por mais comerciais e políticas que sejam elas são mediadas por pessoas movidas por sentimentos e emoções. Dentro deste parâmetro de discussão destaca-se a idéia de sítios simbólicos de pertencimento, onde as relações interpessoais, e a relação entre as pessoas e os lugares é que dão sentido e a significação do lugar do outro. Ou seja, é neste lugar que vai acontecer o encontro do face a face, o reconhecimento do Eu na diferença do outro, não se restringe meramente a lógica do lugar, estabelece múltiplas relações e encontros culturais.

O sitio reúne em si o mais elevado e o mais externo. O que é assim reunido penetra e perpassa todo o resto. Como lugar de recolhimento o sitio guarda e mantém em si o recolhimento, mas não como enclapsulamento fechado, e sim de modo a animar e transparecer o recolhido, para deixá-lo em seu próprio ser (BARTHOLO, SAN SOLO e BURSZTYN, 2008. p. 45).

Essas simbioses de relações não estão no campo das abstrações, tão pouco do imagético, pertencem ao mundo real, em que há um deslocamento de uma pessoa, num determinado tempo, para um dado local, proporciona um choque, o embate com o diferente, que parece que nada vai fluir. Ninguém chega a um local e é logo convidado a participar da vida de uma determinada comunidade, por exemplo, parecendo ocorrer em perfeita harmonia. Na verdade é um processo de descoberta, de conquista que se configuram novas relações como diz (BUBER apud BARTHOLO, 2009), a pessoa da relação Eu-Tu é o suporte relacional que permite fazer da alteridade uma presença, numa possibilidade que se estende para além do campo do inter-humano. Trata-se de um desejo de dialogo de sentidos entre visitantes e visitados, a fim de se distanciar do turismo de massa.

Esse turismo faz com que as relações tornem-se modelos estereotipados de realização, visando o lucro; modelos que estão ligados aos padrões da globalização que torna os lugares em ambientes que só reproduzem o que é uniforme. Na sociedade moderna cresce cada vez mais a sociedade do espetáculo, onde é mediado na relação produto/consumo, a velocidade das informações, as dinâmicas territoriais fazem com que cada vez mais os espaços se tornem espaços do consumo.

o “nexo dinheiro” da mercantilização invade cada vez mais espaços relacionais, ampliando quase irrestritamente o campo de vigência do mundo das coisas que tem um preço. Neste mesmo processo o cidadão vai sendo transfigurado no consumidor/expectador. Monetarização e espetacularização se retroalimentam como vetores de uma colonização da vida vivida por estruturas produtoras de experiências de segunda mão. A experiência relacional direta, face a face e situada vai sendo desqualificada como fonte de sentido na globalização da “société du spectacle”,

caracterizada por Guy Debord em meio aos movimentos de contestação de 1968 (BARTHOLO, 2008 p. 50).

Sendo assim, o turismo comunitário, mesmo que seja uma atividade nova, tímida, pode cair no gosto do mercado, tornando-se assim uma atividade de cunho fordista de produção. Qualquer atividade que agregue valor ao espaço mesmo que não seja um valor econômico, é potencial para o desenvolvimento do capital.

A produção do espaço cria novas intencionalidades, que obedecem as necessidades de pessoas, grupos ou corporações. O turismo comunitário tem a intenção de promover valor ao espaço, atraindo turistas para que venham a ser não somente consumidores de culturas, e sim sejam junto com a comunidade produtores de novas relações. Em que todos ganhem, em todas as etapas do processo; comunidades espírem ares de busca a melhorias a seus participantes.

Segundo Zechner, Henríquez, Sampaio, (2008) o turismo comunitário é uma estratégia de comunicação social para que comunidades tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida. Essa estratégia tem por objetivo trazer as comunidades qualidade de vida a todos no processo, e que a comunidade seja protagonista dessa cadeia produtiva, trazendo um desenvolvimento local. Desenvolvimento local não envolve, somente, o crescimento econômico, mas sim o alcance de melhores condições de vida pelos meios disponíveis a uma dada comunidade ou sociedade vivendo em um dado lugar. Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo socializante, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço, ou seja, possuem autonomia para decidir quais as melhores estratégias, planos, políticas e ações devem ser tomadas para o desenvolvimento do território e não ficando sujeitos aos atores que hegemonomizam.

4. QUAIS AS POLÍTICAS DE TURISMO PARA A ILHA DE MARAJÓ?

O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal² (PROECOTUR) foi oficializado pelo governo federal em 2002 e é financiado com recursos do Ministério do Meio Ambiente e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

² Os estados que correspondem a Amazônia legal são: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44° de longitude oeste), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km² correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.

Como forma do programa ter uma boa atuação, dividiu-se o país em pólos onde se estudarão as áreas para a implantação de atividades no setor. Segundo Reis (2004) no Pará, são três pólos: Belém Costa Atlântica, Tapajós e Marajó. Já o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTEP) foi construído a partir de diretrizes inicialmente propostas pelo Governo Federal, discutidas com o Governo do Pará e com as prefeituras e amplamente debatidas e aperfeiçoadas nas consultas públicas e tem o objetivo de atender as demandas do ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; fomento às atividades produtivas sustentáveis; infra-estrutura para o desenvolvimento; inclusão social e cidadania; e relações institucionais e modelo de gestão.

No que se refere ao Território da Cidadania é um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado, no caso, a região norte com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. Além disso, foi considerando também as demandas de turistas no município, e também por apresentar um dos menores IDH's (índices de desenvolvimento humano) do Marajó.

A Paratur (Companhia Paraense de turismo) receberá do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do governo do estado do Pará 44 milhões de dólares que serão investidos no Pará, e será destinado ao arquipélago do Marajó a metade, ou seja, 22 (vinte e dois) milhões de dólares. Diante desses dados, o desejo da é de se investir na infra-estrutura turística, com o objetivo de alavancar o turismo no município, bem como trazer renda para a população Pontapedrense.

5. CONSIDERAÇÕES

Ponta de Pedras é apresentada como um dos destinos turísticos do Marajó por possuir uma dinâmica comum aos municípios de Soure e Salvaterra e ser um atrativo em potencial ao turismo de sol e praia, ecoturismo. Porém é necessário esclarecer que este município não apresenta o mínimo grau de infra-estrutura necessária a satisfazer o desejo da própria população.

Faz-se necessário apresentar bem mais que planos; projetos ou programas para este município, as pessoas necessitam de ações que melhorem a sua qualidade de vida. Transporte, saúde, lazer, ruas asfaltadas são alguns dos itens que devem ser trabalhados politicamente, com vista a satisfação da sociedade.

O turismo é uma alternativa que poder dar mais dinamismo ao lugar, alterando sobremaneira a vida das pessoas, e na promoção do lazer. Para que ocorra o melhoramento da qualidade de vida é necessário que se priorize a satisfação e realização do povo Pontapedrense. O desenvolvimento local significa, acima de tudo, um crescimento em escala humana, atendendo às demandas sociais.

Os estudos que estamos realizando pretende contribuir não somente nas discussões, bem como promover alternativas para que se desenvolva o turismo no município, o local serve de inspiração para (re)orientar a ação de um conjunto de atores sociais que encontram nele o espaço para desenvolver novos arranjos socioeconômicos, focados na busca da sustentabilidade, a partir de estratégias alternativas de desenvolvimento produtivo do território, construindo espaços de formulação e gestão públicas, desenvolvendo uma cidadania mais participativa e a reconstrução do tecido social sob novas bases.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHOLO, R.;SANSOLO, D.G.; BURSZTYN. In: **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.**Rio de Janeiro: letras e imagem, 2009.

BARTHOLO, Roberto. **Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária.** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ed. Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, IVAN; BARTHOLO, R; DELAMARO.M: **Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil.** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ed. Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, IVAN. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social.** [Rio de Janeiro] 2005 VII, 110 p. 29,7 cm (COPPE/UFRJ, M.Sc., Engenharia de Produção, 2005),Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.

CRUZ, R. de C. A. **Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira.** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ed. Letra e Imagem, 2009.pg92.

CRUZ, S.H.R, **Ecoturismo e Desenvolvimento: análise do programa nacional de desenvolvimento do ecoturismo – Proecotur no pólo Marajó/PA.** Estado e políticas públicas na Amazônia; gestão de recursos naturais. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000.

IRVING, M de A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?.** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ed. Letra e Imagem, 2009.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América latina: Genesis, características e políticas.** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ed. Letra e Imagem, 2009. pg.25.

WTO (2008). World Tourism Organization. UNWTO NEWS. Magazine of the World Tourism Organization. Year XXII, Issue 1/2008. Disponível em: <<http://www.unwto.org/media/mag/en/mag.php?op=1>>. Acessado em: 10 de abril de 2010.

PIMENTEL, A.B: **Dádiva e hospitalidade no sistema de hospedagem domiciliar.** . In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ed. Letra e Imagem, 2009. Pg.216.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTAVÉL PARA O ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ. Governo Federal. Grupo Executivo Interministerial. Disponível em www.integracao.gov.br acesso contínuo.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANSOLO, D; BRUSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro.** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ed. Letra e Imagem, 2009.

SANSOLO, D. **Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil.** In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ed. Letra e Imagem, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial.** UFRJ: Revista TERRITÓRIO, 1996.

_____. **Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social.** UFRJ: Revista TERRITÓRIO, 1997.

_____. **Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um “conceito” – problema.** UFRJ: Revista TERRITÓRIO, 1998.

_____. **O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista.**
UFRJ: Revista TERRITÓRIO, 2000.